

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 125

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE SETEMBRO DE 2001**  
(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSB: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PPB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2932**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva

a preferência de votação dos seguintes projetos de lei da Ordem do Dia de hoje, 13/09/2001:

- 2ª Discussão: dos Projetos de Lei nºs 279/2001, 300/2001, 301/2001, 302/2001, 308/2001, 313/2001 e 322/2001;

- 1ª Discussão: dos Projetos de Lei nºs 210/2001, 277/2001, 303/2001, 330/2001, 333/2001, 341/2001, 342/2001 e 407/2001.

Sala das Sessões, em 13.09.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 2912**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja formada uma Comissão Parlamentar, composta por cinco deputados, para acompanhar, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, a manifestação de paraguaios contra trabalhadores, comerciantes e agricultores brasileiros, na fronteira do Brasil com o Paraguai, na região de Foz do Iguaçu.

Desde o início da semana manifestantes paraguaios mantêm fechada a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este. Eles querem que os brasileiros que trabalham nas lojas daquela cidade paraguaia, sejam substituídos por mão-de-obra paraguaia.

Ontem (11/09) uma comissão de ministros paraguaios esteve na região para conversar com os manifestantes. Antes mesmo do fim da reunião os políticos voltaram para a capital, sem apontar nenhuma solução para o impasse.

Diante das negativas do poder público paraguaio em interceder em favor dos manifestantes, eles iniciaram hoje (12/09) novos protestos, inclusive com ameaças de invasão de terras dos brasileiros em território paraguaio.

Esses agricultores brasileiros - cerca de 300 mil - não contam com leis que protejam suas propriedades. Vivem em condições precárias, sem apoio governamental de nenhum dos dois países.

Também passam por momentos de incerteza os milhares de trabalhadores brasileiros das lojas de Ciudad del Este. Calcula-se que aproximadamente 20 mil iguaçuenses atravessam a ponte diariamente para trabalhar naquele centro comercial. A perda destas vagas deverá piorar ainda mais a situação econômica de Foz do Iguaçu, que vive uma crise de empregos sem precedentes em sua história.

O fechamento da Ponte da Amizade ainda reflete negativamente no comércio de Foz. A Ceasa, por exemplo, tem nos paraguaios 80% de seu movimento diário. Lojas da região da ponte, que vendem roupas, alimentos e calçados também atendem basicamente paraguaios.

Por isso, solicitamos a formação de uma comissão suprapartidária para acompanhar e interceder junto às autoridades estaduais e federais, no que for necessário, para que a paz seja restabelecida na fronteira, minimi-

zando os prejuízos para os brasileiros que vivem e trabalham naquela região.

Sala das Sessões, em 13.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 2927

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família do Sr. Ivan Tavares, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 09 de setembro de 2001, no município de Chopinzinho.

Do aprovado requer ainda que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência no endereço Av. XV de Novembro, s/nº - Chopinzinho / PR - CEP 85560-000.

Sala das Sessões, em 13.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ivan Tavares era filho do vereador do município de Chopinzinho, Sr. Eroides da Costa Tavares e da Sra. Ana Maria Tavares. Deixa viúva a Sra. Maria Aparecida Campos e 3 filhos.

Tinha 30 anos e atualmente exercia a função de chefe da 84ª Ciretran de Chopinzinho.

Faleceu no último dia 09 de setembro, em acidente automobilístico na PR-281. Pessoa de boa conduta e muito atuante no município, deixará saudades a todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 438/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O município de Palmital passa a ter com o município de Laranjal, as seguintes divisas e confrontações:

“Inicia no Rio Cantu na foz do Rio Serelepe ou Rio Branco, sobe por este até encontrar a ponte do asfalto, segue por este em direção a Laranjal, numa distância aproximada de 1715 metros até encontrar a estrada de acesso a Campo Velho, segue por esta numa distância aproximada de 278,50 metros até encontrar o arroio São Manoel, desce por este até sua foz no Rio Piquiri”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O município de Laranjal desmembrou-se do município de Palmital pela Lei nº 9533, de 09 de janeiro de 1999.

Por ocasião de seu desmembramento, as divisas com o município de origem não ficaram bem definidas, fato que vem causando sérios problemas para as respectivas administrações municipais. Com vistas a sanar tais incorreções, os prefeitos de ambos os municípios, com a concordância das Câmaras de Vereadores e, ainda, com assistência dos órgãos técnicos responsáveis no Estado, conforme “Acordo para Ajuste de Divisas” anexo, redefiniram, com precisão, as referidas divisas, conforme o memorial descritivo ora apresentado.

Em se tratando de medida meramente corretiva, cuja efetivação por via legal é de significativa importância para os municípios envolvidos, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio no sentido de sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 439/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os alunos das redes estadual e municipal de ensino fundamental e de ensino médio do Estado do Paraná terão acesso direto às Universidades Estaduais e Faculdades Públicas, sem a necessidade de prestarem concurso vestibular.

Art. 2º - A Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho dos estudantes, atendidas as normas gerais da educação nacional, a fim de definirem os alunos que terão direito a ingressarem nas Universidades e Faculdades mantidas com recursos públicos do Estado do Paraná, sem a realização de concurso vestibular, conforme estabelece o *caput* do artigo 1º da presente lei.

Parágrafo Único - Para usufruírem dos benefícios que serão estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, os alunos terão que comprovar obrigatoriamente durante os últimos três anos, antes do ingresso nas universidades e faculdades mantidas com recursos públicos, residência domiciliar no território paranaense.

Art. 3º - As vagas oferecidas para o acesso a todos os cursos de graduação das Universidades e Faculdades mantidas com recursos públicos do Estado serão preenchidas, observados os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento), no mínimo, por curso e turno, por estudantes que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

a) tenham cursado o Ensino Médio em Instituições da rede estadual de ensino público;

b) tenham sido selecionados em conformidade com o estatuído no artigo 2º desta lei.

II - 50% (cinquenta por cento) por estudantes selecionados em processo definido pelas Universidades e

Faculdades mantidas com recursos públicos, segundo a legislação vigente.

Art. 4º - Os candidatos oriundos das instituições estadual e municipal de ensino, não pagarão taxa de inscrição para os concursos vestibulares.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.2001.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A realidade da educação em nosso Estado é de des-caso por parte do chefe do Poder Executivo e da Secretaria de Estado da Educação, buscando minimizar estas injustiças resolvemos elaborar o presente projeto que tem como finalidade tratar das disposições e dos critérios para a admissão de estudante oriundos das redes municipal e estadual de ensino do Paraná em universidades públicas do nosso Estado.

Partindo do princípio que estudantes com assento nos quadros discentes das redes municipal e estadual de ensino do Paraná não têm em sua maioria condições financeiras para se manter em instituições particulares, e muito menos após o término do ensino médio, pagarem um cursinho pré-vestibular, torna-se difícil a competitividade entre eles, devido a diferença da qualidade de ensino que lhes é oferecida.

Sendo assim solicito dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, que votem favoravelmente ao assunto ora proposto.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo oradores inscritos nos Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PL, PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT, PT, PPB, PMDB, PFL, PSDB PTB.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para registrar o meu protesto e dos deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Irineu Colombo, quanto à matéria de um jornalista que, seguramente não orgulha sua causa, vou mostrar por que depois, inclusive pelas ameaças que a Corregedoria tem recebido, que nós defendemos no dia de ontem nesta tribuna, o ato terrorista praticado nos Estados Unidos, quando as notas taquigráficas estão aí e as colocações feitas foram avaliações, análises sobre os fatos que lá ocorreram. O jornal estampa hoje, com fotografias, que os deputados do PMDB e do PT teriam defendido ontem o ato terrorista contra os Estados Unidos. Isso é absolutamente inverdade.

Quero registrar, porque não merece o jornalista deste porte que se use do Pequeno Expediente ou o Horário das Lideranças para responder a quem não merece resposta.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Colocamos as notas taquigráficas à disposição de toda a imprensa, e se for a sua vontade, que faça a correção dessas informações.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Quero me somar aos deputados Caíto Quintana, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Irineu Colombo, porque acabei de ver a matéria. É impossível só pela história desses parlamentares, que tenham defendido em algum momento. Inclusive foi a razão do nosso aparte, que o momento deveria ser com relação a vítimas e não às relações de Estado. Foi essa a colocação que fizemos.

No momento acho até que fui um pouco exacerbado e aproveito este momento para solicitar as minhas desculpas, especialmente ao deputado Waldyr Pugliesi, que é meu amigo de longa data e jamais tive o objetivo de ofendê-lo. Jamais pode-se admitir, pensar que um desses deputados viessem fazer a defesa de atos de terroristas.

Portanto, somo aos parlamentares o meu protesto.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminharemos oficialmente as notas taquigráficas ao jornal "A Cidade".

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de dar contas, porque no dia de ontem, em companhia do deputado Ademir Bier, estivemos em Florianópolis participando da reunião do Parlasul, onde se fez presente o Ministro da Integração Nacional, Ramis Tebit, e o secretário de Recursos Hídricos, Raimundo Garrido.

Um dos assuntos mais abordado foi a questão da política de recursos hídricos, com destaque e contrário à minha opinião, pela posição do Paraná em não estabelecer cobrança pelo uso da água nas propriedades rurais. É um assunto que vem ganhando força.

Pretendo, na segunda-feira, fazer um relato desta reunião, porque entendo que devemos nos preocupar com esse tema. A Secretaria de Recursos Hídricos está voltando à discussão desse assunto, e o Paraná tem que se posicionar a respeito.

Muito obrigado!

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, tenho respeito pelo jornal "A Cidade" de Cascavel, em que pese não concordar com a linha editorial, mas tenho respeito pelo deputado Joni Varisco; foi um bom deputado federal.

Apenas quero lamentar que o jornalista que passou a matéria tenha distorcido os nossos pronunciamentos aqui na Casa. Na verdade, lembro-me que lamentamos o episódio e não concordamos. E ninguém, em sã consciência, neste mundo, pode concordar com um ato covarde, lamentável, que ceifou milhares de vidas, inclusive algumas brasileiras.

De forma que acho até que a Mesa da Assembléia e o presidente da Casa, deveriam encaminhar um comunicado ou uma informação à assessoria de imprensa da Assembléia ao jornal "A Cidade", que como disse é um jornal que tem o nosso respeito, o respeito às figuras, os editores do jornal, porque vivemos em um país democrático e é natural que jamais iríamos censurar o jornal "A Cidade" de Cascavel, em que pese, como disse, não concordar com a linha editorial do jornal, mas tenho respeito por ele e pelas pessoas que o dirigem, porém não posso concordar com o teor e acho que os seus editores foram mal informados em relação ao que ocorreu na Casa. Acho que a Assembléia deve, através da assessoria de imprensa, comunicar-se com os editores do jornal, para que a verdade seja restabelecida.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para falar e acho até que seria desnecessário fazer esse registro, em relação à matéria que o jornal de Cascavel está publicando.

Quero dizer também, como falou o deputado Nereu Moura, que sempre tive um bom relacionamento com o ex-deputado Jonny Varisco, foi secretário de Estado, e de minha parte, nenhuma pretensão de censurar matéria nenhuma. Acho que a liberdade de imprensa é fundamental para a vida das nações. E longe de mim pretender qualquer tipo de censura, porque a minha vida, pelo contrário, sempre foi, nesse ponto, uma luta para que tivéssemos total, plena e absoluta liberdade de imprensa.

Acho que está havendo um mal entendido em relação ao assunto. O que falamos aqui foi o seguinte: condenamos os atos terroristas, todos eles; mas é bom que se faça uma reflexão, porque a nação americana, ao longo da sua existência, os Estados Unidos, fizeram incursões em cima de muitas nações, muitas vezes só para defender os seus interesses econômicos, os seus interesses hegemônicos que têm, em relação, principalmente, aos continentes que não têm desenvolvimento; que não ostentam condições de vida de primeiro mundo.

Quantas milhares de intervenções os Estados Unidos fizeram? Na África, na Ásia, na América Latina, inclusive na Europa. É a nação mais poderosa do mundo, econômica e militarmente falando; muitas vezes, com o acumpliciamento de governos antinacionais, os Estados Unidos têm mais facilidade para fazer intervenções.

Nunca é demais se registrar, que depois de tantos e tantos anos, as próprias autoridades americanas acabam confessando para o mundo, que fizeram intervenção no

Chile, onde Salvador Allende tinha sido eleito através de eleições limpas, democráticas, assistidas por todo mundo.

O que fizeram com Allende?

Mataram Allende e colocaram um governo títere, do Sr. Augusto Pinochet!

O que fizeram aqui no Brasil em 1964? Depois de tantos e tantos anos, eles reconhecem que tiveram posição de destaque no desencadeamento do movimento anti-revolucionário de 64.

Quantas mil incursões fizeram no Vietnã, no Laos, no Camboja!

Essas coisas todas, é preciso que sejam lembradas. Ninguém está justificando os atos de terrorismo praticados, não se sabe até agora por quem.

Então é preciso que haja um movimento mundial, em todos os cantos, em direção da paz, na direção do entendimento entre as nações, na direção de se receber, através das manifestações que brotam de cada nação, a defesa de seus peculiares interesses.

Todo mundo tem direito à vida, à liberdade, tem o direito de lutar pela liberdade.

Nós não justificamos nenhum ato terrorista: somos contra o terrorismo, e muitas vezes somos mal entendidos. O que podemos fazer?

Nós gostaríamos que as coisas não fossem assim, mas elas são!

Então, ficam aqui as nossas posições de repúdio total e absoluto a qualquer ato de terrorismo, mas não venham pintar os Estados Unidos como um anjinho de asas douradas, porque os Estados Unidos não são os anjinhos que pretendem alguns áulicos mostrar em todos os cantos e onde estão, que assim é. Não é!

#### O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pela apatia da Sessão, receio que mais uma vez não entraremos na votação dos requerimentos, e eu sou autor de um requerimento que está na Mesa, que pretende a criação de uma comissão de parlamentares, particularmente, parlamentares ligados à região Oeste do Estado, para acompanhar...

Senhor presidente, o Plenário reclama a atenção de V. Exa. para a questão de ordem que estamos formulando!

Senhor presidente, repito: pela apatia do Plenário, pelas articulações que estamos vendo, certamente não entraremos na parte de votação dos requerimentos do Grande Expediente.

E eu tenho um requerimento nessa mesa, protocolado na data de ontem, que pretende a criação formal de uma comissão de parlamentares desta Assembléia Legislativa, para acompanhar os graves episódios que estão acontecendo na região da fronteira Foz do Iguaçu - Ciudad del Este.

Não só porque estamos preocupados com o movimento que é feito por sindicalistas, políticos, camponeses, população do lado do Paraguai, mas porque estão à mercê desse movimento, milhares de brasileiros.

Não só os 5000 trabalhadores brasileiros que trabalham no comércio paraguaio; não só os 300 mil brasileiros que colonizaram quase toda a fronteira do Paraguai; não só a situação econômica de Foz do Iguaçu, que está um caos em função do trancamento da ponte, mas pela agressão recíproca, mútua, que está acontecendo naquela região de fronteira.

As informações que tenho hoje, é de que com a repressão do Exército e as Forças Militares do Paraguai, dois cidadãos paraguaios teriam morrido, quarenta e poucos estariam em hospitais em estado grave, jornalistas brasileiros, entre eles um do jornal “A Gazeta do Iguaçu”, teria sido ferido gravemente, e as ameaças aos cidadãos brasileiros, que atravessam a ponte, são gravíssimas, inclusive de agressões físicas.

Estou profundamente preocupado com a situação. Justifica-se a minha preocupação, em função de termos milhares e milhares de brasileiros envolvidos nessa questão, que aparentemente é do vizinho país, mas tem tudo a ver com a nossa população de fronteira e eu acho que é prudente e necessário que autoridades brasileiras se pronunciem, voltem os seus olhos para a gravidade do momento que estamos vivendo.

Há inclusive um apelo, e é bom que o Paraná saiba disso, e a imprensa repercute ao apelo. Hoje eu falava com os líderes do movimento do lado paraguaio, e há um apelo insistente das lideranças paraguaias para que os brasileiros não cruzem a fronteira, porque correm risco de vida em função dos enfrentamentos. Há informações, que me passaram hoje, o comando de greve do movimento do lado paraguaio, de que estão se dirigindo do interior do Paraguai milhares e milhares de integrantes desse movimento e corre-se o risco de uma verdadeira guerra civil no Paraguai.

Então, há um apelo das lideranças paraguaias, para que os brasileiros que trabalham no Paraguai não vão para o Paraguai, para que os compristas brasileiros não vão para o Paraguai, porque correm o risco de agressão física e até mesmo risco de vida. É bom que o Paraná saiba disso! Esse movimento, se não fosse pela circunstância do atentado em Nova Iorque, certamente estaria ganhando muita proporção, muita repercussão no Paraná e no Brasil inteiro, mas está sendo deixado de lado exatamente pelas circunstâncias do ocorrido em Nova Iorque, inclusive aqui nesta Casa.

Mas, reitero, senhor presidente, a necessidade da votação deste requerimento, da criação dessa Comissão, e por sugestão do meu guru, deputado Luiz Carlos Zuk, eu solicitaria a V. Exa. que antecipasse a sua votação, se for o caso, antes de cair a Sessão, se é que vai acontecer o encerramento da Sessão antes do prazo.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero, se me permite o deputado Sérgio Spada, sei que há um grande número de deputados, inclusive V. Exa., que têm uma proximidade maior com a área da fronteira, mas informações de pessoas conhecidas

nossas, que nos chegam, é algo realmente muito grave o que está acontecendo lá. E como disse o deputado Sérgio Spada, a verdade é uma só e está sendo, mais ou menos mascarada a situação lá, somente pela causa maior desse atentado que houve nos Estados Unidos.

Mas quem já foi ao Paraguai e teve algum problema, deputado Elio Rusch, por mais simples que seja, como por exemplo colidir um carro ou ter qualquer discussão, banal, normal, lá na Ciudad Del Este, sabe muito bem a que ponto pode chegar esta situação para os nossos irmãos paranaenses e brasileiros.

Acho que essa comissão deve ser formada, senhor presidente.

Nós devemos aqui, abrir uma exceção, na minha opinião, na votação, na preferência de votação, votar esse requerimento, fazer uma comissão, para que ela, inclusive, possa se relacionar imediatamente com as representações diplomáticas, possa entrar em contato com o Ministério da Justiça, possa enfim, dar um suporte a esses brasileiros que se encontram nesta infeliz situação, e que me parece o seguinte: eles estão completamente fora de foco, tendo em vista a situação criada nos Estados Unidos.

Então acho importante, quero fazer aqui um reforço a essa posição do deputado Sérgio Spada. Temos que formá-la imediatamente, e essa comissão passa a atuar, sob pena de vermos irmãos nossos serem mortos, lá no Paraguai, daqui a pouco, ou gravemente feridos, como já temos notícias, e não ter absolutamente nenhum apoio desta Casa de Leis, da nossa Assembléia Legislativa que estamos acompanhando “en passant” apenas, esses fatos que estão ocorrendo no Paraguai.

Muito obrigado!

#### O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero também corroborar as colocações feitas pelos deputados Augustinho Zucchi e Sérgio Spada, e dizer que ainda hoje, pela manhã, o correspondente de uma rádio de Foz do Iguaçu, dentro do meu programa, fazia um relato da situação crítica que está se vivendo na fronteira do Brasil-Paraguai, especialmente em Ciudad Del Este, que está em estado de sítio, evidentemente é uma preocupação muito grande porque alguns conflitos já aconteceram, há mais de trinta pessoas feridas, há informações de que há até pessoas mortas, já teria sido registrado. A verdade é que a situação realmente é bastante crítica. E eu acho que esta Casa não pode, nesta hora, deixar de tomar a sua posição na formação dessa comissão, aprovando esse requerimento, designando uma comissão que acompanhe os fatos, que ouça as autoridades, no sentido de colocar um fim à situação, ao impasse que se verifica na fronteira.

Também é essa a minha posição, senhor presidente.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, há alguns dias atrás o governador do Estado esteve na minha cidade. Como tem aconte-

cido em praticamente todos os municípios visitados por ele, manifestações têm acontecido; não foi diferente na minha cidade. A bem da verdade, eu gostaria até de dizer que eu desconhecia que o governador poderia estar na minha cidade, num ato programado pelo Governo, com o secretário do Desenvolvimento Urbano, assinando convênios.

Um vereador do PMDB, Sérgio Onofre da Silva, esteve na frente desse clube onde seria verificado o almoço e ao lado de manifestantes do PT, da APP, de alguns membros do MST que estavam na cidade para fazer compras e ficaram sabendo da presença do governador, quando o seu ônibus foi impedido de entrar na cidade.

Então, esse vereador, quando agressões policiais se verificaram em cima de menores de idade, de estudantes que estavam lá, entrou na defesa desses manifestantes. Ele foi espancado, preso, jogado num camburão. E num ato que esta Assembléia Legislativa deve repudiar, porque são, de uma maneira geral, os poderes legislativos que estão sendo agredidos, uma comissão montada, logicamente com a interferência do prefeito municipal, através de um pedido feito contra esse vereador, a Câmara Municipal de Vereadores de Arapongas fez o afastamento dele, vereador Sérgio Onofre da Silva, e como bem sabe o deputado Plauto Miró Guimarães, estão caminhando na tentativa, indecente, de tentar tirar o mandato desse vereador, que é um combatível vereador!

Então, senhor presidente, imaginemos que aconteça o seguinte: aqui, na votação da Copel, quantos deputados não estiveram no meio das manifestações? Imagine se tivesse chegado aqui na Assembléia um pedido, mesmo por vias transversas do Governo, para se fazer a cassação do deputado Caíto Quintana que esteve lá, do deputado Orlando Pessuti, dos deputados do PT, de todos nós que estivemos, de uma maneira ou de outra, expressando a nossa solidariedade àqueles que se manifestavam.

Senhor presidente, eu gostaria que essa presidência, quando um assunto de tamanha importância estiver sendo discutido, que essa assessoria não fique aí mostrando até o siso. Rindo de quê?!

Olha, não se pode mais falar seriamente nesta Casa, em momento algum, que sempre têm os folgazões que estão rindo às escâncaras em todos os momentos!

Está se tratando aqui, senhor presidente, de um mandato legitimamente conseguido por um vereador! Eu chamo a atenção dessa Assembléia, porque se ela quisesse se levantar, no conceito de todos, deveria tomar uma posição, na defesa de um parlamentar, mesmo que seja vereador, e se deslocar à minha cidade, para impedir, se a Justiça assim não proceder, essa violência que se pratica contra alguém.

Senhor presidente, aqui só vale defender os Estados Unidos, os banqueiros, os latifundiários e os seus iguais! Quando alguém defende o MST, é bandido! Quando defendemos os mandatos, os senhores ficam

rindo como se estivessem em um programa de humorismo! Essa Assembléia precisa ter a cara da seriedade e não da brincadeira, mesmo que seja em uma quinta-feira, sem sol.

Quero deixar, senhor presidente, o meu repúdio e o meu nojo aqui, neste jornal, um dos maiores do Brasil. Estão as fotografias de quem? De bandidos contratados pela Prefeitura, para praticar a violência contra aqueles que defendem o pago. Estão aqui! E nada se faz! Nada aconteceu! Vamos por aí afora, vamos puxar o saco dos ricos e dos poderosos!

Senhor presidente, falo com a indignação que sempre tive na minha vida. Esses mesmos, aqui, talvez tenham sido aqueles que invadiram a minha casa. Ou quem foram eles? A mando de quem

Senhor presidente, tenho evitado falar em relação a mim mesmo. Só eu e meia dúzia de companheiros sabem aquilo que fizeram ao longo de todos esses anos, contra um homem como eu, que dediquei a minha humilde vida, tentando fazer a transformação, me colocando contra aqueles, que colocam tudo o que podem, inclusive contra a nossa vida!

Esta Assembléia, senhor presidente - denunciei isso ao presidente Hermas Brandão, outro dia, está praticando uma ignomínia na minha cidade e seria necessário que V. Exa. interferisse. O resultado está aqui!

Deputado Vanhoni, V. Exa. esteve na rua, como eu, como tantos outros e o que estão fazendo, na minha cidade é isso que estou resumindo: vir aqui o Poder Executivo, com o seu braço forte, como o faz, com um empregado da Prefeitura, com gente sem nenhuma condição de imparcialidade, mover tal documento contra esse vereador.

Seria a mesma coisa, deputado Vanhoni, vir o Palácio Iguaçu, os detentores do poder e pedir a sua cassação, do Zuquinho, do Tony Garcia ou de quem quer que seja, dentre nós - se levantou contra o poder, contra os grandes, contra o governo!

Senhor presidente, sei que nada será feito, porque, acima de tudo, vale a promiscuidade do poder. Mas, como eu gostaria, que esse ato de violência não se consumasse!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, em primeiro lugar gostaria de chamar atenção da assessoria da Mesa, e dirigindo-me a V. Exa., acho que quando um parlamentar está se dirigindo...

Eu não vou continuar falando!

Desculpe, vocês são nossos amigos, são funcionários, mas quando nós estamos nos dirigindo ao Presidente da Casa, gostaria que a Mesa não disputasse atenção com o deputado que está fazendo o uso de palavra.

Não há nada mais deselegante e desrespeitoso do que estar dirigindo-me ao Zucchi, um colega de trabalho e o Tony Garcia fica conversando no ouvido do Zucchi. Vou pensar que de tudo aquilo que estou falando não tem sentido e não merece consideração! Quer dizer, o respeito mínimo entre as pessoas, é pautado por essa relação.

Quando exijo a sua atenção, exijo que o senhor olhe para mim, porque estou dirigindo-me a V. Exa., e não cabe bem se estou dentro do meu horário, a assessoria da Mesa, de alguma forma ou de outra, atrapalha a minha interlocução.

Estou falando com o senhor no sentido geral, não estou fazendo nenhuma observação no sentido do deputado Elio Rusch e nem o presidente neste momento.

Porque a reclamação do deputado Waldyr Pugliesi, é relevante, porque trata de uma coisa profundamente séria.

O vereador, não importa que seja em Arapongas ou seja em qualquer cidade do Estado do Paraná, está sofrendo um processo. Vejam bem, não é motivação política que está em jogo nisso aqui, porque ele é contra esse governador! Pode ser contra o governador que tiver amanhã, que seja da Oposição, isso é um processo político, nós não podemos permitir que isso aconteça no Paraná e no Brasil.

É como se, por causa das manifestações da Copel, contra a venda da Copel, os deputados que estiveram lá enfrentaram a polícia conversando com o Justino, tentando intermediar qualquer coisa, sofressem o afastamento da Presidência da Assembléia Legislativa, porque alguém pediu que fosse afastado e vai passar por um processo de cassação!

Não tem sentido a gente aceitar isso, deputado Durval, é contra a democracia, que é a favor de todos nós! Mesmo daqueles que são a favor da venda da Copel. Ou que são a favor do Governo do Jaime. A democracia é a nosso favor!

Então nós não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Não sei de que forma, mas merece uma manifestação e uma tomada de providências por parte do Poder Legislativo. Nós não podemos interferir na Câmara Municipal de Arapongas, eu sei bem disso. Mas, eu vou questionar junto à Bancada de Oposição e ao Bloco dos Independentes, para que esse ato não fique dessa forma.

Porque, amanhã, se esse vereador for cassado, porque esteve do lado dos estudantes que se manifestaram contra o governador, amanhã, o Zucchi ou qualquer um de nós pode ser cassado! E esse gesto vai levar a democracia do nosso País, ao acirramento, que não interessa a ninguém.

Você imagine as pessoas que poderiam ser cassadas em manifestação contra o Fernando Henrique Cardoso! É isso que nós queremos fazer no Brasil?

Acho que a Oposição tem o dever de ir lá em Arapongas, solicitar do presidente uma sessão lá. Uns vinte e poucos deputados, convocar os senadores e não vamos permitir que esse tipo de coisa aconteça.

As pessoas não estão percebendo o que estão fazendo. Não é mais a minha disputa se quero vender, se sou contra o Governo ou não sou contra o Governo. Nós estamos fugindo dos limites da democracia que nós devemos respeitar!

Era isso, senhor presidente.

Não retiro as minhas palavras: quando um deputado estiver dirigindo ao Presidente da Casa, porque se trata de algo institucional; quando se está falando com o Plenário, um assunto de debate sobre projeto qualquer, não tem problema nenhum, porque eu tenho o senhor como interlocutor, mas levo em conta de que quem é o meu interlocutor, é o Plenário.

Agora, quando se trata de algo institucional, como é a questão do deputado Waldyr Pugliesi e dessa situação específica de Arapongas, a assessoria da mesa, me desculpem, não pode disputar a sua atenção com quem está solicitando.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente e senhores deputados, quero, nessa manhã, justificar a minha ausência ontem, na Sessão, porque fui a Londrina, na transmissão do Comando de Policiamento do Interior prestigiar a posse do Coronel Justino.

Depois estive também na cidade de Cambé, aonde foi instalado uma Companhia da Polícia Militar. Quando retornei, por volta das 16h00, 15h50min, a Sessão já havia se derrubado, razão pela qual não estava presente ontem.

Gostaria que ficasse registrado essa justificativa à Mesa.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de rapidamente, reforçar essa preocupação do deputado Waldyr Pugliesi e reiterada pelo deputado Vanhoni.

Já vamos passar para a Ordem do Dia e esse negócio vai cair no esquecimento. Esse negócio de precedente é uma coisa que me preocupa demais, porque hoje o vereador lá pode, e se ele se excedeu nessa manifestação, em primeiro lugar, ele tem a população que pode condená-lo, até por que o governador foi a uma cidade, foi a um município, e o vereador se indispor com o governador em uma manifestação. Quem lhe concedeu a cadeira naquele Legislativo pode, obviamente, lhe condenar. E isso, lhe custar o preço político. Se além disso houve um excesso na sua participação, há a Justiça que pode determinar a chancela ou não, do seu procedimento.

Agora, quando parte para o lado político, imagine o seguinte, quero fazer, aqui, um comparativo: nós, deputado Elio Rusch, estivemos nesta trincheira contra a venda da Copel e V. Exa., junto com outros companheiros, estiveram defendendo a venda da Copel. Pois bem isso deu uma repercussão nacional, estadual, deu entreveros várias vezes, aqui. E nós, por exemplo, chegamos muitas vezes a ponto de nos exceder.



Imagine se a maioria que venceu neste plenário pudesse dizer o seguinte: Olha, deputado Augustinho Zucchi, o senhor se excedeu, enfrentou a polícia, desrespeitou o Comando da Polícia, disse palavra que não são absolutamente nada alentadoras ao governador.

Portanto, nós temos a maioria aqui, processo de cassação no senhor! Isso é muito perigoso! Muda o governo hoje e, daqui a 1 ano, 2 anos pode um vereador que hoje está cassando aquele, estar num protesto. E daí vai abrir um processo de cassação.

Então veja bem, deputado Elio Rusch, temos que esquecer esse episódio, porque somos aqui Oposição e Situação, e temos que entender que somos o Poder Legislativo do Paraná e representativo aos mini Poderes Legislativos, que são as Câmaras Municipais.

Portanto, na minha modesta opinião, temos que ter uma posição da Casa, para se cassar um vereador politicamente dessa forma! Se for por um ato de improbidade administrativa, se for por um ato de corrupção, se por falta de decoro parlamentar, perfeitamente. Mas não para se justificar a cassação porque participou de um protesto!. Primeiro, a população que o julgue, segundo, a Justiça que faça o seu julgamento, porque ele participou desse protesto.

É perigoso isso. Acho que nós, enquanto Assembleia Legislativa, temos que tomar esse cuidado. Acho que poderia se estabelecer uma conversa entre a Mesa Executiva, com o presidente daquela Casa de Leis. Dar uma olhada nisso, porque nós temos esse dever de preservar intactamente o Poder Legislativo do Paraná, que inclui as Câmaras Municipais.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em relação à questão levantada pelo deputado Waldyr Pugliesi e também ratificada por diversos parlamentares, vamos levar essa questão à Mesa Executiva da Assembleia para ver de que forma ou o que pode ser entabulado. Sabemos, e os senhores parlamentares também sabem, foi inteligentemente frisado pelos senhores deputados, que não pode a Assembleia Legislativa interferir nos trabalhos internos da Casa Legislativa no município, mas mesmo assim nós vamos transmitir isso à Mesa Executiva para ver qual encaminhamento vamos dar.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero dizer-lhe que a Presidência da Assembleia, hoje ocupada por V. Exa., nesse instante tem que tomar, sim, providências.

Nós conhecemos o vereador Sérgio Onofre há muitos anos, sabemos da sua luta, e basta olharmos o que está publicado no jornal, para ver que, naquele momento o que ele mais fazia...

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Desculpe, deputado Orlando Pessuti, nós interrompermos, mas queremos registrar a presença do depu-

tado Maurício Picarelli, presidente do Parlamento Sul, Parlasul. Sua visita nos honra muito.

Aproveitando a oportunidade, o deputado Orlando Pessuti, que está com a palavra, que saúde nosso visitante, já que foi presidente da Unale e desta Casa também.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu vou passar esta incumbência ao deputado Hermes Fonseca, na sequência, pois já tínhamos conversado, para fazer esta saudação ao meu amigo pessoal e companheiro de tantas lutas, Maurício Picarelli, da Assembleia de Mato Grosso do Sul, e hoje presidindo o Parlamento do Sul.

Mas eu peço, a V. Exa. senhor presidente, que realmente interceda junto ao presidente Hermas Brandão e aos demais membros da Mesa Executiva da Assembleia, para que os debates aqui da Assembleia possam ser levados ao conhecimento da Câmara Municipal de Arapongas.

Como eu dizia, conheço o vereador Sérgio Onofre há muito anos, conheço a sua luta, é uma pessoa aguerida, uma pessoa determinada, na defesa, como disse o deputado Waldyr Pugliesi, dos mais humildes contra os poderosos.

Se olharmos na foto que foi publicada hoje, que justifica e tudo mais, você vê que ele inclusive está com a mão abaixada e nem está discutindo com o policial; ele está discutindo com aqueles que o deputado Waldyr Pugliesi identifica como sendo segurança e “bate pau” da administração pública municipal da Arapongas. É necessário que façamos isso porque se esta prática, - estendida a nível nacional, o Marcos Isfer, o Augustinho Zucchi, o Neivo Beraldin, que estiveram ali dando uma espiada no cachorro que estava sendo segurado pelo policial, poderiam ser cassados também. O Algaci Tulio que segurou lá na grade junto com o Caíto Quintana, junto com o Strapasson, todos nós seríamos cassados, porque, num determinado momento, fomos ao enfrentamento com a Polícia, fomos ao enfrentamento com os cães, fomos ao enfrentamento nos embates aqui na Assembleia.

Então, o princípio democrático estabelece que cada um de nós tem o direito de ir e vir, o direito de expressar nossa opinião. O vereador nada mais fez do que expressar a sua opinião, no legítimo cumprimento de seu mandato. Em nenhum momento, tenho certeza, desrespeitou as autoridades e muito menos o Legislativo, como nós, em nenhum momento, ao enfrentarmos os cães e a Polícia Militar, estávamos ferindo o decoro parlamentar, em nenhum momento!

Pelo contrário, estávamos engrandecendo a atividade parlamentar, mostrando a todos que, pelo povo, nós estávamos enfrentando todas as adversidades.

Era isso. Muito obrigado, e peço a V. Exa. que leve este assunto adiante e que conceda então a palavra ao deputado Hermes Fonseca, para que faça a saudação ao nosso ilustre visitante.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Com a palavra o deputado Hermes Fonseca, que falará em nome do Parlamento do nosso Estado, saudando o nosso visitante.

**O SR. HERMES FONSECA**

Senhor presidente, senhores deputados.

É com muita honra que nós queremos registrar e receber nesta Casa o deputado Maurício Picarelli, da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que vem a Curitiba neste dia, para participar conosco, que fazemos parte da União dos Parlamentares do Mercosul, de uma reunião que se realizará nesta Casa, às 14h00.

Mas, acima de tudo, queremos dizer que o deputado Maurício Picarelli, hoje presidente do Parlasul, vem a esta Casa, para engrandecer os trabalhos desta manhã, quando se debate aqui a defesa do Parlamento Brasileiro, quando se defende aqui, como temos visto os oradores que nos antecederam, defender o membro do Poder Legislativo do município de Arapongas, defender o Parlamento Brasileiro da violência e do Poder Executivo, acima de tudo.

Portanto, queremos, deputado Maurício Picarelli, que sua vida a Curitiba venha somar à luta, que vamos desenvolver hoje à tarde, na organização da pauta das reuniões futuras da União dos Parlamentares do Mercosul, junto com os parlamentares do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, da Argentina e do Uruguai.

Que V. Exa. se sinta aqui como um integrante da nossa Casa, sinta-se como nós, deputados paranaenses nos sentimos lá, quando fomos à Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul.

Esta é minha saudação, senhor presidente.

Muito obrigado.

Mas, peço a palavra também, para registrar que já eu tinha antes desta designação que me foi feita pelo deputado Orlando Pessuti, de reafirmar a proposta dos deputados Ângelo Vanhoni, Waldyr Pugliesi e Orlando Pessuti, que esta Casa tem que agir com rapidez.

Esta Casa tem que fazer tudo o que for possível para defender o mandato do vereador de Arapongas, que esta Casa tem que agir com rapidez. Esta Casa tem que fazer tudo o que for possível para defender o mandato de vereador de Arapongas, que esta Casa tem que fazer uma comissão ou realizar uma sessão em Arapongas, para que possamos mostrar a independência do Parlamento, a independência deste Poder, que exige, neste Paraná, de forma abusiva, sob o açoitado do Poder Executivo. Aqui neste Paraná, as autoridades policiais militares ou civis, o Poder Judiciário têm - se inclinado na defesa do Executivo quanto às ações deste parlamento. Nós não podemos deixar de passar esta oportunidade para reafirmar a nossa convicção e nosso poder, como pode de defesa da democracia e defesa do povo.

Este é o registro que quero fazer. E pedir a V. Exa. que transmita à Mesa Executiva, ao deputado Hermas

Brandão, para que estas ações sejam desenvolvidas a partir de hoje.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero manifestar minha condição contrária quanto ao envio de votos de protesto, de repúdio à questão local, que é uma questão da Câmara Municipal. Nada contra o pensamento do deputado Waldyr e dos demais, da Oposição. Eu acho que é um direito justo o de não desejarmos a interferência nas questões do Legislativo, a independência do Legislativo. Porém, o que eu levanto neste momento, companheiros e Mesa, é o perigo de nós incentivarmos a violência. Nós sabemos que o desejo, a manifestação do Parlamentar, seja no âmbito municipal ou estadual, tem que gozar de todo e pleno direito de liberdade. Porém, nós estamos percebendo que os limites estão sendo ultrapassados. Eu mesmo, estou usando do microfone, aqui do centro do corredor, em consequência da depredação que sofremos aqui no Parlamento.

Não sei até onde, e quero conversar com a mesa e levar esta questão a um debate mais profundo, do perigo que estamos sofrendo ao vermos os limites sendo ultrapassados, porque não se trata do governador de nome Jaime Lerner, amanhã poderá ser o Requião, o Álvaro, como qualquer outro governador, que poderá sofrer este tipo de violência, como apedrejamento ou atos de violência nas manifestações.

É esta questão de ordem que eu levanto, para que nós não apoiemos, em hipótese alguma, estes atos que ultrapassam o limite tolerável.

Entendo, aprovaria totalmente um voto de repúdio com a não interferência do Poder Executivo, da Polícia com relação à manifestação ao livre-arbítrio e o livre posicionamento de cada parlamentar. Agora, fazer este voto, poderá trazer dificuldades futuras e também acrescentar a possibilidade que estas pessoas venham a praticar atos de violência que poderão ser contra outros governadores que não o Jaime Lerner.

Então, fica aqui, a minha preocupação com relação a este ato.

Neste momento, queria também saudar à nossa ilustre visita, aproveitando a ocasião que estou usando a tribuna e desejar a ela as nossas boas-vindas e manifestar a nossa satisfação de tê-lo aqui nos visitando.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Nereu Moura, a presidência já deferiu sobre assunto e vai encaminhar à Mesa Executiva a questão levantada em Plenário.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero inicialmente cumprimentar o nosso ilustre visitante, deputado Maurício Picarelli, do Mato Grosso do Sul. Desejar-lhe boas-vindas, aqui no nosso parlamento e desejar ao Mato Grosso do Sul que

abriga milhares de paranaenses, muito sucesso e prosperidade.

Quero para ser solidário com o nosso deputado Waldyr Pugliesi, manifestar também a nossa indignação com os fatos ocorridos em Arapongas.

Senhor presidente. Dias atrás aconteceu um episódio lamentável na cidade onde eu nasci, município de São João, afetando um vereador que não faz parte da nossa base de apoio e eu interfeiri na Câmara Municipal para que os vereadores que compõem a nossa base, respeitassem o momento de dificuldade daquele vereador e não tripudiassem em cima daquela situação, a fim de que fosse respeitada a democracia e o direito de que os fatos fossem plenamente esclarecidos, pela Justiça.

Há pouco tempo atrás, a Secretaria de Comunicação Social anunciou que o governador iria entrar com processo de cassação do mandato de um deputado aqui desta Casa, parece que era o deputado Tony Garcia. Então, o que se observa é que o Paraná, infelizmente vive um momento diferente na sua vida pública, deputado Elio Rusch. Em Pato Branco, a Câmara Municipal rejeitou as contas do ex-prefeito Alcení Guerra e a polícia invadiu a Câmara, sequestrou os documentos da Câmara, aviltando o Poder Legislativo, agredindo a autonomia do seu Poder Legislativo. Então, o que nós observamos é que a ordem social e política do Paraná está sofrendo uma alteração indesejável.

E eu concordo com o deputado que me antecedeu, e eu acho que uma comissão aqui não seria o caso, uma Comissão oficial da Assembléia Legislativa. Uma comissão de políticos que tenham a sensibilidade, que tenham compromisso na defesa da democracia, que deve se dirigir, sim, a Arapongas. Eu creio que todos os políticos que têm na democracia um sentimento, que pensem que a democracia é efetivamente a baliza da vivência de qualquer político dever querer participar de uma comissão e se dirigir a Arapongas na defesa do mandato do vereador que legitimamente participou de uma manifestação e que a Câmara Municipal o afastou pelo crime que ele cometeu de participar de uma manifestação quando o governador visitava aquela cidade.

O que caberia era uma investigação da polícia, patrocinada por quem se sentiu prejudicado. Jamais um julgamento político, pela participação de qualquer pessoa em qualquer momento.

Quero dizer, senhor presidente, ao deputado Waldyr Pugliesi, que deveremos, sim, ir a Arapongas. Talvez não representando esta Casa, mas informalmente. E que possamos levar lá o nosso manifesto de solidariedade a um parlamentar eleito democraticamente pelo povo do Paraná, e que está tendo os seus direitos agredidos, violentados por um pensamento político que é predominante no Paraná. Por um pensamento que tem origem ali no Palácio Iguaçu e está virando moda em nosso Estado. E tem patrocinador disso, não tem dúvidas. De repente, vai virar moda, um vereador falar mal de um prefeito lá do

outro lado e ser cassado. Precisamos lutar pela democracia.

Senhor presidente, quero dizer, com todo o respeito, é preciso que a mesa tenha uma situação preponderante na condução dos trabalhos. Evito muitas vezes de ir aí na mesa, para não roubar a atenção do presidente ou dos deputados que compõem a Mesa, porque acho uma falta de respeito aos parlamentares que estão usando a palavra, com relação à própria população que vem assistir a sessão quando observa que o presidente ou o 1º secretário não estão prestando a atenção aos trabalhos da Casa.

Justamente porque a Mesa está numa posição de relevância, está chamando a atenção. qualquer ato que implique no desenvolvimento normal dos trabalhos chama a atenção.

Já cansei de receber cobrança da população que trago para participar da Sessão, que reclama e diz: Olha, deputado, nesta Assembléia não tem educação, quando um está falando os outros não prestam atenção.

Quero fazer um apelo, para que todos nós evitemos demonstrar, de ocasionar esse tipo de atropelo, para que a Assembléia Legislativa do Paraná não mostre uma imagem ruim ao nosso povo. Que as pessoas que vêm aqui assistir aos debates levem a imagem boa, que os deputados aqui trabalham com respeito, educação, firmeza e determinação.

Então, esse apelo feito pelos deputados Waldyr Pugliesi e Ângelo Vanhoni, tem procedência, sim. Precisamos mudar o nosso comportamento para mostrar ao povo do Paraná que a nossa Assembléia é digna e séria.

Muito obrigado.

#### O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)

Senhor presidente, ontem estive em Brasília, numa comitiva, inclusive participou o Governo do Estado com o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra. Também esteve presente o presidente da AMP, prefeito Joarez, de Barracão, entre outras lideranças, tratando com relação à estrada do colono, numa reunião no Ministério do Meio Ambiente, com o ministro Sarney reivindicando ações concretas, urgentes, no sentido de que o Ministério do Meio Ambiente possa apresentar propostas de um projeto que venha satisfazer os dois interesses: tanto dos ambientalistas quanto também, do desenvolvimento, da geração de emprego, geração de renda, porque nós, principalmente deputados do Oeste, sabemos o quanto o fechamento daquela estrada está prejudicando as duas regiões, tanto a região Oeste do Paraná, quanto também, a região Sudoeste.

Portanto, quero aqui registrar e também, justificar a nossa ausência ontem aqui no Plenário. Quero também, solidarizar-me com o requerimento do deputado Sérgio Spada e até peço a V. Exa. que possa arrumar mecanismos de colocar esse requerimento em votação, no sentido de que tenhamos ainda nesta Sessão aprovado, porque precisamos tomar medidas urgentes, no que diz respeito

àquele movimento que os paraguaios fazem, devido uma política de governo do Paraguai, devido ao grande desemprego que assola aquele País e eles não concordam de maneira alguma, que hoje os empregos de Cidade do Leste sejam destinados aos brasileiros, porque 80% dos empregos hoje, lá de Cidade do Leste, são ocupados por brasileiros.

Portanto, hoje em Foz do Iguaçu temos aproximadamente cinco mil empregos diretos em Cidade do Leste, mais aproximadamente quinze mil pessoas que vivem, que de uma certa forma têm a sua renda do comércio paraguaio.

Portanto, temos essa preocupação e devemos unir forças e esforços, nós, deputados, principalmente os do Oeste, no sentido de que esse movimento tenha um fim o quanto antes possível, para que o povo do nosso Paraná, especialmente de Foz do Iguaçu, do Oeste do Paraná, não tenha o prejuízo que imaginamos ter, pelo prosseguimento desse movimento.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK (*Pela Ordem*)

Senhor presidente, queria testemunhar aqui a este Plenário, uma das atuações que teve o ilustre visitante que hoje nos honra nesta Casa, deputado Maurício Picarelli.

Quando nós, aqui do Sul, conseguimos a nível do Comércio Comum Europeu e vários senhores deputados desta Casa estiveram em um País co-irmão a nós, aonde o credenciamento feito, principalmente aos Estados do sul, era referente a exportação da carne; produto este que, além do Brasil, nos dava o alento de uma nova situação econômica aos nossos parceiros do Mercosul: Argentina, Uruguai, Paraguai e até outros países, que tentariam, como estão tentando, se acoplar ao Mercosul.

O que é que acontece logo depois daquele credenciamento? Por uma mão invisível, não sabendo da onde partiu, os nossos irmãos argentinos, mais particularmente na região do chaco, foi inserida novamente a peste da febre aftosa, naquele rebanho que lá se encontrava.

Logo em seguida, na divisa nossa com o Uruguai, no Rio Grande do Sul, outro foco ali se assentava como que por milagre. E nós aqui do Sul, o Paraná e o Mato Grosso do Sul, estranhamos realmente essa posição; falo isso para testemunhar o que nós, na representação do Parlamento do Sul naquela oportunidade, juntamente com o deputado Algaci Tulio, que conosco compareceu, vimos que aquela nossa posição que queria um impedimento da concorrência no Comércio Comum Europeu, da carne nossa do Mercosul e do Brasil, foi uma mão invisível que tentou tirar de nós aquele credenciamento que tínhamos conseguido, fazendo com que fosse exterminada a febre aftosa.

E o Maurício Picarelli, nosso amigo, juntamente conosco e com todas as representações do Mercosul, o presidente Elio Rusch, se fez sentir em uma posição, não do descredenciamento, mas do isolamento da área.

Eles queriam que fôssemos descredenciados da exportação. E nós conseguimos, pressionando o governo brasileiro, pressionando através das relações exteriores, o Comércio Comum Europeu, que os focos fossem regionalizados e isolados e nem todos fossem punidos, como o deputado Maurício que participou e conseguiu.

Testemunho nesse instante, senhor presidente, mais uma das metas da boa biografia que tem o Maurício, nas posições do Mercosul e do Parlasul.

Infelizmente, não conseguimos uma maior meta sua, mas vamos persegui-la, que é a implementação do BRDE lá em Mato Grosso do Sul, que trouxe ao Paraná, ao Rio Grande e a Santa Catarina esse desenvolvimento que nós ostentamos.

Continue nessa luta, que nós vamos somar contigo, Maurício, para que esse objetivo realmente seja alcançado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Passa-se à Ordem do Dia.

Antes, porém, diante do requerimento subscrito, pelo deputado Sérgio Spada, a Mesa abre um precedente, uma excessão, que não seja regra, mas mesmo assim consulta o Plenário se podemos votar esse requerimento antes dos projetos da Ordem do Dia, que pede a formação de uma comissão formada por 5 parlamentares, diante de certa gravidade e da urgência da necessidade, para que possamos encontrar uma solução que envolve na verdade, 2 países, até são relações diplomáticas. Acho que é importante que a Assembléia Legislativa possa votar esse requerimento, já que a próxima Sessão será só segunda-feira.

Se os deputados concordarem com essa posição da Mesa, permaneçam como estão.

#### **Aprovado.**

Agora vamos colocar em votação o requerimento.

Os senhores parlamentares que forem favoráveis à composição dessa comissão, permaneçam como estão.

#### **Aprovado.**

Nós convidamos também o deputado Sérgio Spada, para logo após a Sessão, para que possamos então indicar a composição dessa comissão.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2932, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação dos seguintes projetos de lei da Ordem do Dia de hoje: 2ª discussão dos Projetos de Lei nºs 279, 300 a 302, 308, 313, 322/2001 e 1ª discussão dos Projetos de Lei nºs 210, 277, 303, 330, 333, 341, 342 e 407/2001. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso aos senhores deputados.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 5

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - ADECCIL, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Ângelo Falavinha Dalprá - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Colombo - Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com sede e foro no município de Curitiba - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade

Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Júlio César, Ensino de 2º Grau, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Bom Jesus, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul - PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2001, de 29.05.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 210/2001

##### PARECER :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube das Mães Bom Jesus, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul - Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores da Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 277/2001

##### PARECER :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Água Branca, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Durval Secchi, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 303/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Padre Durval Secchi, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Noroeste do Paraná - Hemomar, com sede e foro em Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2001, de 08.08.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 330/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Noroeste do Paraná - Hemomar, com sede e foro em Maringá.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2001, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Nova Olímpia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2001, de 08.08.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 333/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do município de Nova Olímpia.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13.08.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 341/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - CASF/

PR, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13.08.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 342/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - CASF/PR, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 120/2001, de 05.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 407/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Empresas de Máquinas de Diversão Eletrônicas, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

Passaremos ao restante da matéria.

**ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná mais limpo e dá outras providências, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E

PARECER CONTRÁRIO DA CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Pela ordem, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Solicito verificação de...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Nós vamos pôr em votação e então V. Exa. pede verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Não está pondo em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Estou colocando em votação. Ainda não anunciei nenhum resultado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA  
Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Será procedida a verificação de votação.  
Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezoito senhores deputados aprovam.

**Não há quórum para deliberar, só para prosseguimento da Sessão.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)  
Senhor presidente, chamo a atenção para o item 20, da Ordem do Dia, que é uma mensagem do Executivo, que transfere o município de Saudade do Iguazu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul, para a 14ª Região, sede em Pato Branco.

Não entro no mérito da questão de divisão, mas alerta à Mesa que o projeto não passou pela Comissão de Terras e Cartografia desta Casa, apenas pela CCJ.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O projeto é em regime de urgência, mas vamos encaminhá-lo à Comissão para que ela possa exarar o seu parecer em quarenta e oito horas, o que seria segunda-feira.

Sobre a mesa, requerimento nº 2927, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2912, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 031/99 e 204/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 239/2000; 264, 218, 270, 281 e 282/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210, 246, 277, 303, 330, 333, 341, 342 e 407/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 215/2000; 201 e 314/2001.

Levanta-se a Sessão.

**Atas de Comissões:**

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente, sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e Fernando Ribas Carli. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciada a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior. Passamos a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 370/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Neivo Beraldin - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta; secretária da Comissão, e eu João Suplicy de Lacerda; também secretário, lavramos a presente Ata que após lida

e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por nós para que produza os efeitos legais.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

João Suplicy de Lacerda - Secretário

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente, sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Ademir Bier e Luciana Rafagnin. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciada a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior. Passamos a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 427/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da deputada Luciana Rafagnin - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 238/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL da deputada Luciana Rafagnin - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 297/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme. Convertido em diligência a pedido do relator deputado Algaci Tulio. - APROVADO. O senhor presidente, e demais deputados aprovam a data de 26 do corrente mês, para a próxima reunião, onde serão convocados: o secretário Estadual de Saúde; o presidente do IAP, Instituto Ambiental do Paraná; o vice-prefeito e o secretário de Saúde do Município de Adrianópolis; e um representante do Ministério Público da região. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta; secretária da Comissão, e eu João Suplicy de Lacerda; também secretário, lavramos a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais membros e por nós para que produza os efeitos legais.

(a) NEIVO BERARDIN - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

João Suplicy de Lacerda - Secretário

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Hermes Fonseca apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 093/99; 311, 321/2000; 307, 316, 320 e 340/2001 e ao Projeto de Resolução nº 023/2991, que foram aprovadas sem obser-



vações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 188/2001. Relator: deputado Antonio Belinatti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 189/2001. Relator: deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por

mim, Rosangela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) NEREU MOURA - Presidente  
Rosangela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 33/2000. Relator: deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 205/2001. Relator: deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 190/2001. Relator: deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosangela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) NEREU MOURA - Presidente  
Rosangela Alves Cardoso - Secretária